



*Edição nº 463 (março e abril de 2026) da Revista da Previdência Complementar – publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp, UniAbrapp e Conecta.

Entrevista com Pavan Sukhdev, por Flávia Silva

Pavan Sukhdev se autodefine como um “cientista por formação, banqueiro internacional por ofício e economista ambiental por vocação”. É fundador e CEO da GIST Impact, empresa global especializada em análises de sustentabilidade que combina economia, ciência de dados e inteligência artificial para mensurar, de forma abrangente, o valor que as corporações geram para a sociedade e para o meio ambiente. Atualmente, a GIST Impact reúne dados relativos a mais de 20 mil empresas e cerca de 3,5 milhões de ativos em todo o mundo, transformando essas informações em inteligência utilizada por investidores institucionais na tomada de decisões estratégicas.

Sukhdev, que entre 2018 e 2021 foi presidente do WWF International e integrou conselhos de organizações como Conservation International, Global Reporting Initiative (GRI) e Stockholm Resilience Centre, revela-se pouco otimista com o atual rumo político e comportamental no tratamento de informações relativas a fatores ambientais, sociais e de governança. “Seria preferível que a sabedoria e a cooperação prevalecessem sobre a lógica de curto prazo. No entanto, no momento, essa sabedoria coletiva parece escassa.”

Para ele, incorporar riscos climáticos e de natureza às decisões financeiras deixou de ser apenas uma agenda de sustentabilidade e passou a ser parte essencial da gestão prudencial dos investimentos. “As externalidades de hoje transformam-se nos riscos de amanhã e em perdas de portfólio no dia seguinte”, resume, acrescentando que os riscos climáticos — tanto físicos quanto de transição — já afetam a rentabilidade de empresas em diversos setores, exigindo que investidores institucionais ajustem suas exposições e incorporem essas variáveis à gestão de risco.

O atual cenário regulatório e político global é visto pelo especialista como uma “realidade dividida”, na qual recuos políticos convivem com avanços técnicos nos mercados de capitais. Na entrevista exclusiva a seguir, ele discute os limites dos regimes voluntários de divulgação de riscos ESG, analisa o papel da dupla materialidade nas políticas e estratégias de investimento, e cita o Brasil como um exemplo mundial de avanço nessa frente.

Nos fundos de pensão, que operam sob a égide do dever fiduciário, como conselheiros e gestores devem equilibrar a necessidade de incorporar riscos climáticos e de biodiversidade às carteiras e, ao mesmo tempo, maximizar retornos, especialmente em períodos de volatilidade geopolítica e de mercado?

Pavan Sukhdev – As externalidades de hoje transformam-se nos riscos de amanhã e em perdas de portfólio no dia seguinte. Os riscos climáticos, tanto físicos quanto de transição, podem afetar o lucro de empresas de setores como o imobiliário, o energético e o de transporte, além de logística, agricultura, alimentos e bebidas, entre outros. Fundos de pensão e demais investidores institucionais que possuem ativos nesses setores, seja por meio de ações, títulos ou empréstimos, devem seguir as diretrizes estabelecidas pelos reguladores financeiros, como o Banco Central Europeu, a Autoridade Monetária de Hong Kong e o Banco Central da Índia. Com base nessas referências, devem ajustar o risco e, conseqüentemente, suas exposições. Ao reduzir esses riscos, as organizações também reduzem perdas e aumentam o lucro. A gestão do risco climático faz parte da boa gestão financeira das carteiras. Conselheiros de fundos de pensão que falham em compreender esse ponto fundamental tendem a piorar, e não melhorar, o desempenho de seus portfólios.

Em artigo recente, publicado logo após a COP30, o senhor descreve 2026 como uma “realidade dividida”, marcada por recuos políticos, por um lado, e pela evolução técnica

nos mercados de capitais, por outro. Para investidores institucionais de longo prazo, qual dessas forças tende a influenciar mais as decisões de alocação nos próximos cinco anos?

Pavan Sukhdev – Nos próximos cinco anos, a política e as lideranças políticas certamente mudarão em ambos os lados do Atlântico e em outras regiões do mundo. Contudo, as leis da física não mudarão em lugar algum; portanto, as forças da natureza continuarão seguindo seu curso. Investidores institucionais de longo prazo que reconhecem e respondem às realidades, riscos e limitações do planeta tendem a tomar decisões de investimento mais consistentes. Por isso, acredito que essa “realidade dividida” descrita para 2026 tende a se resolver ao longo dos próximos anos e que o avanço dos mercados de capitais na precificação adequada de riscos continuará independentemente de qualquer coisa.

O senhor enxerga a postura recente da Comissão Europeia como um recalibramento temporário dos prazos de implementação ou como um enfraquecimento estrutural da agenda de sustentabilidade no continente? Quais são as implicações para os mercados globais?

Pavan Sukhdev – Vejo o recuo da Comissão Europeia em relação à Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (Corporate Sustainability Reporting Directive – CSRD) e a outras iniciativas de reporte de sustentabilidade sobretudo como uma pausa temporária para recalibrar e ajustar a implementação. Todavia, existe o risco de que esse processo acabe se traduzindo em atrasos sucessivos e na diluição das medidas.

É importante que sejam revisados e fixados prazos para a implementação. Entretanto, também é essencial preservar o princípio da “materialidade de impacto” [que considera os efeitos das atividades de uma empresa no meio ambiente e na sociedade, independentemente de como isso influencia suas finanças], o qual, por sua vez, conduz ao conceito de “dupla materialidade” [que reconhece que uma informação pode ser relevante tanto financeiramente quanto em termos de impacto socioambiental]. A Comissão Europeia precisa ter clareza e coragem para reconhecer que os mercados, por si só, não resolvem problemas sociais, muito menos são capazes de lidar com questões relativas à mudança climática, à degradação dos ecossistemas e à perda de biodiversidade.

Esses problemas exigem políticas públicas firmes, incluindo a definição de regras claras e simples para a mensuração e divulgação tanto dos impactos das empresas quanto dos riscos enfrentados por elas, à luz da chamada dupla materialidade, em temas como clima, degradação ambiental e biodiversidade, entre outros.

(Continua...)

[Clique aqui](#) para ler a entrevista completa na íntegra.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 09.04.2026.